

**CONTRATO DE REPASSE Nº 336.558-40 / 2010 / MINISTÉRIO DO TURISMO / CAIXA**

**CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA TURISMO SOCIAL NO BRASIL.**

Processo nº 336.558-40  
Nº Convênio SICONV 746938

Por este instrumento particular, as partes adiante nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários, em conformidade com as disposições contidas no Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, e suas alterações, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Instrução Normativa STN/MF nº 01, de 17 de outubro de 2005, e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício, nas diretrizes operacionais estabelecidas pelo Ministério para o exercício, bem como no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Ministério do Turismo e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulam a espécie, as quais os contratantes, desde já, se sujeitam, na forma a seguir ajustada:

I - CONTRATANTE - A União, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DE SOUSA, RG nº 1830140, CPF nº 232.322.504-91, residente e domiciliado em RUA PAULO PARÍSIO Nº 235, JAGUARIBE, ESCADA PE, conforme procuração lavrada em notas do 2º ofício de Notas e Protesto de Brasília, no livro 2721 fls 088/089, em 06/05/2009 e substabelecimento lavrado em notas do 3º ofício de Notas do Recife no livro 867, em 19/01/2010, doravante e denominada simplesmente CONTRATANTE.

II - CONTRATADO - Prefeitura Municipal de Gameleira, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 011.343.902/0001-47, neste ato representado pelo respectivo Senhor Prefeito José Severino Ramos de Souza, portador do RG nº 1.625.775 SSP/PE e CPF nº 197.078.434-20, residente e domiciliado em Rua José Barradas 56 - Bairro Penha CEP: 553530-000 - Gameleira/Pe, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1 - O presente Contrato de Repasse tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de apoio a projetos de infra-estrutura turística, no Município de Gameleira.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

2 - O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas, devidamente justificados, para o período de vigência deste Contrato de Repasse, constam do Plano de Trabalho aprovado no SICONV e dos respectivos Projetos Técnicos, estes anexos ao Processo acima identificado, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

2.1 - A eficácia deste Contrato de Repasse está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO da documentação abaixo especificada, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da assinatura do presente Instrumento Contratual, e à análise favorável pela CONTRATANTE, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da entrega da documentação pelo CONTRATADO: Projeto técnico, licença ambiental e titularidade de área.

2.2 - O CONTRATADO, desde já e por este Contrato de Repasse, reconhece e dá sua anuência, que o não cumprimento da(s) exigência(s), no prazo acima estipulado, ou a não aprovação da proposta pela CONTRATANTE, implicará a rescisão de pleno direito do presente contrato, independentemente de notificação.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3 - Como forma mútua de cooperação na execução do objeto previsto na Cláusula Primeira, são obrigações das partes:

### 3.1 - DA CONTRATANTE

- a) manter o acompanhamento da execução físico-financeira do empreendimento, bem como atestar a aquisição dos bens pelo CONTRATADO, constantes do objeto previsto no Plano de Trabalho integrante deste Contrato de Repasse, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- b) transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de execução financeira aprovado, observando o disposto na Cláusula Sexta deste Contrato de Repasse e a disponibilidade financeira do Ministério do Turismo;
- c) analisar as eventuais solicitações de reformulação do Plano de Trabalho feitas pelo CONTRATADO, submetendo-as, quando for o caso ao Ministério do Turismo;
- d) publicar no Diário Oficial da União o extrato deste Contrato de Repasse e de suas alterações, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor;
- e) fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas a este contrato de repasse independente de autorização judicial;
- f) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO.

### 3.2 - DO CONTRATADO

- a) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto, a que alude este Contrato de Repasse, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;
- b) ter consignado no Orçamento do corrente exercício ou, em prévia lei que autorize sua inclusão, os subprojetos ou subatividades decorrentes deste Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do Orçamento, podendo o CONTRATADO ser arguido pelos Órgãos de controle interno e externo pela eventual inobservância ao preceito contido nesta letra;
- c) manter, em Agência da CAIXA, conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse;
- d) apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos a este Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;
- e) prestar contas dos recursos transferidos pelo Ministério do Turismo junto à CONTRATANTE, inclusive de eventuais rendimentos provenientes das aplicações financeiras legalmente autorizadas;
- f) propiciar, no local da execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que a CONTRATANTE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo;
- g) compatibilizar o objeto deste Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- h) restituir, observado o disposto na Cláusula Oitava, o saldo dos recursos financeiros não utilizados;
- i) atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15.03.2010;
- j) observar o disposto na Lei nº 8666, de 21.06.1993 e suas alterações, na Lei nº 10.520, de 17.07.2002, no Decreto nº 5.504, de 05.08.2005 e na IN STN 01, de 15.01.1997 para a contratação de empresas para a execução do objeto deste Contrato de Repasse, bem como utilizar a modalidade de licitação Pregão para os casos de contratação de bens e serviços comuns, obedecendo o disposto nos incisos I a V do art. 1º da Portaria Interministerial (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda) nº 217, de 31.07.06, a qual o contratado declara conhecer seu inteiro conteúdo, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração de advogado não participante do processo de licitação acerca do atendimento ao disposto nas Leis citadas em especial à Lei 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações, inclusive quanto à forma de publicação;
- k) inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do contrato de repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- l) observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar, relativamente aos recursos contratados a título de contrapartida, estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000;
- m) adotar o disposto nas Leis 10.048, de 08.11.2000, e 10.098, de 19.12.2000, e no Decreto 5.296, de 02.12.2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- n) divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros;
- o) notificar os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no Município, da liberação dos recursos, no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimentos dos recursos;
- p) instalar placa de inauguração quando da conclusão da obra, conforme padrão fornecido pelo CONTRATANTE;

- q) registrar as informações solicitadas na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29.05.2008, e suas alterações no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, à medida de sua implementação;
- r) comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes deste Contrato de Repasse, bem como promover adequadamente sua manutenção;
- s) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto deste Contrato de Repasse.

### 3.3 - DO ENTE INTERVENIENTE (QUANDO FOR O CASO)

- a) Prestar contas, parciais e final, dos recursos recebidos juntamente com o CONTRATADO.

## CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4 - A CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO, de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho, até o valor de R\$292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais).

4.1 - A título de contrapartida, o CONTRATADO alocará a este Contrato de Repasse, de acordo com o cronograma de execução financeira, o valor de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

4.2 - Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados a este Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

4.3 - Recursos adicionais que venham ser necessários à consecução do objeto deste Contrato terão seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

4.4 - A movimentação financeira, inclusive da contrapartida financeira, deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse.

## CLÁUSULA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS/SERVIÇOS

5 - O CONTRATADO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início das obras e/ou serviços objeto deste Contrato de Repasse.

5.1 - A autorização mencionada acima ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual.

5.2 - Eventuais obras e/ou serviços executados antes da autorização da CONTRATANTE não serão objeto de medição com vistas à liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

## CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE SAQUE DOS RECURSOS

6 - A liberação dos recursos financeiros será feita diretamente em conta bancária vinculada a este Contrato de Repasse, sob bloqueio, após sua publicação no Diário Oficial da União, cumpridas as exigências explicitadas na Cláusula Segunda, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

6.1 - A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado, após a autorização para início dos serviços disposta na Cláusula Quinta, depois de atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida financeira da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

6.1.1 - A critério da CONTRATANTE, em se tratando de recursos de outros custeios e sob o regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela poderá ser antecipada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes, exceto a última, condicionada à aprovação pela CONTRATANTE da comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

6.2 - O saque da última parcela ficará condicionado ao ateste, pela CONTRATANTE, da execução total do empreendimento objeto deste Contrato de Repasse, bem como à comprovação, pelo CONTRATADO, da integral aplicação do valor relativo à contrapartida exigível.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

7 - As despesas com a execução deste Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes para o exercício de 2010.

7.1 - As despesas da CONTRATANTE correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Gestor, Unidade Gestora 540007, Gestão 0001 - Tesouro, na(s) Fonte(s) de Recursos 100, com emissão de empenho(s) pela Caixa Econômica Federal no seguinte programa:

a) Programa de Trabalho: 22917

R\$292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), Natureza da Despesa: 444041, Nota de Empenho nº 2010NE902690, emitida em 02/07/2010.

7.2 - A eficácia do presente Contrato de Repasse está condicionada à validade do(s) empenho(s) acima citado(s), que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, este Contrato fica automaticamente extinto.

7.2.1 - No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

7.3 - A despesa do CONTRATADO com a execução deste Contrato de Repasse, a título de contrapartida, correrá à conta de recursos alocados no seu orçamento.

## CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8 - A execução financeira deste Contrato de Repasse deverá atender às condições estabelecidas nesta Cláusula.

8.1 - A programação e a execução deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte, se for o caso.

8.2 - Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.2.1 - Excepcionalmente, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência deste Contrato de Repasse pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

8.2.2 - Nos casos de execução de ações por regime de administração direta, entende-se por fornecedores e prestadores de serviços o CONTRATADO.

8.3 - Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO incluirá no SICONV as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e

V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

8.4 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência deste Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência deste Contrato de Repasse e se expressamente autorizado pelo Gestor do Programa.

8.5 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento.

8.6 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE deverão ser movimentados, única e exclusivamente, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 2125-3, em conta bancária de nº 006.00647068-2, vinculada a este Contrato de Repasse.

8.6.1 - Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou

operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

8.6.1.1 - Fica a CONTRATANTE autorizada a promover as aplicações dos recursos creditados na conta bancária vinculada a este Contrato de Repasse nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.

8.6.2 - As receitas financeiras auferidas na forma deste item serão computadas a crédito deste Contrato de Repasse, podendo ser aplicadas dentro da vigência contratual na consecução de seu objeto e devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

8.6.2.1 - Na ocorrência de rendimentos negativos na aplicação financeira que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

8.7 - Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, após conciliação bancária da conta vinculada a este Instrumento, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CAIXA na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

8.7.1 - A devolução prevista no item 8.7 acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independentemente da época em que foram aportados.

8.7.2 - Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- d) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 8.6.2;
- e) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29.05.2008, e suas alterações.

8.7.3 - O CONTRATADO, nas hipóteses previstas nos itens 8.7, 8.7.1 e 8.7.2, será notificado para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, restitua os valores dos repasses acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente.

8.7.4 - Vencido o prazo previsto no item anterior sem que o CONTRATADO proceda a restituição dos valores, fica a CONTRATANTE autorizada, caso haja recursos disponíveis na conta vinculada, a proceder aos débitos dos valores respectivos e repassá-los à União.

8.7.5 - Na hipótese prevista no item 8.7.4 não havendo recursos suficientes para se proceder a completa restituição, deverá ser instaurada a imediata Tomada de Contas Especial, providenciada pela CONTRATANTE.

8.8 - Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

## CLÁUSULA NONA - DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9 - Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência deste Contrato de Repasse, previstos no Plano de Trabalho, quando da extinção deste Contrato, serão de propriedade do CONTRATADO.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS

10 - É o Gestor do Programa a autoridade normatizadora, com competência para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

10.1 - Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão deste Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

10.2 - É prerrogativa da União, por intermédio do Ministério do Turismo e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes a este Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução da obra/serviço, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

11 - Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa, nos termos do art. 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986.

11.1 - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo e pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE.

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar conveniente.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

12 - A Prestação de Contas referente ao total dos recursos de que trata a Cláusula Quarta, deverá ser apresentada à CONTRATANTE até 30 (trinta) dias após o término da vigência do contrato.

12.1 - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste Contrato, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

12.2 - Ao término do prazo estabelecido, caso o CONTRATADO não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

13 - Correrão às expensas do CONTRATADO os valores relativos às despesas extraordinárias incorridas pela CONTRATANTE decorrentes de reanálise, por solicitação do CONTRATADO, de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, das despesas resultantes de vistoria de etapas de obras não previstas originalmente, bem como de publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUDITORIA

14 - Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o capítulo VI do Decreto nº 93.872/86, de 23.12.1986.

14.1 - É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

15 - É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da

autorização do CONTRATADO para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

15.1 - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Ministério do Turismo, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

15.2 - Quando da conclusão da obra deverá o CONTRATADO instalar placa de inauguração conforme modelo fornecido pelo CONTRATANTE.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

16 - A vigência deste Contrato de Repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 08-11-13, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

17 - O presente Contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29.05.2008, e suas alterações e demais normas pertinentes à matéria.

17.1 - Constitui motivo para rescisão do presente Contrato o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

17.1.1 - A rescisão do Contrato, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

18 - A alteração deste Contrato de Repasse, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 - A alteração do prazo de vigência deste Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

18.2 - A alteração contratual referente ao valor do contrato será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a alteração para maior dos recursos oriundos da transferência, tratados na Cláusula Quarta, item 4, sob decisão unilateral exclusiva do Gestor.

18.3 - É vedada a alteração do objeto previsto neste Contrato, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

19 - Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 - As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao presente Contrato de Repasse serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax.

19.2 - As correspondências dirigidas ao CONTRATADO deverão ser entregues no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Gameleira - Localizada na Rua 13 de Dezembro, s/n CEP: 55530000 Gameleira/PE.

19.3 - As correspondências dirigidas à CONTRATANTE deverão ser entregues no seguinte endereço: Caixa Econômica Federal, Superintendência Regional: Caixa Econômica Federal, Superintendência Regional: SR 2692 – Rua Barão de Porto Seguro, 180 - 2º Andar - Bairro: Mauricio de Nassau CEP: 55012-030 , Caruaru – PE.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20 - Para dirimir os conflitos decorrentes deste Contrato de Repasse fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados, firmam este Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que assinam, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

CARUARU  
Local/data

, 27/12/2010

Assinatura do contratante

Nome: José Antônio Pereira de Sousa  
CPF: 232.322.504-91

Assinatura do contratado

Nome: José Severino Ramos de Souza  
CPF: 197.078.434-20

## Testemunhas



Nome: Camilla Brena Silva Soares  
CPF: 088.554.764-08



Nome: Fernanda Cristina Monte de Lacerda Andrade  
CPF: 073.994-174-74





aluno

terlo à conta da União no exercício de 2010, UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 21441 NE 2010NE901992 de 29/06/2010 e R\$ 25.157,36 de contrapartida. Vigência 17/12/2012 - Data e Assinaturas: 10/12/2010; MARIA VERA LUCIA DOS SANTOS SILVA E GERONCIO ANTONIO FIGUEIREDO SILVA.

MTUR/ IBIRAJUBA-PE: CNPJ 11.256.062/0001-85 CTR 336.604-08/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Recapeamento Asfáltico do centro urbano do município de Ibirajuba, Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 156.125,00 Dos recursos: R\$ 151.125,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE902685 de 02/07/2010 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 11/12/2012 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; ODIRMAR IUIJI KAMEI E JOSEANANCIO CAVALCANTE DA SILVA.

MTUR/TRINDADE-PE: CNPJ 11.040.912/0001-03 CTR 333.524-60/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Pavimentação Asfáltica no Distrito de Mangueira; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 200.000,00 Dos recursos: R\$ 97.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29182 NE 2010NE901645 de 29/06/2010 e R\$ 48.026,61 de contrapartida. Vigência 17/12/2012 - Data e Assinaturas: 10/12/2010; MARIA VERA LUCIA DOS SANTOS SILVA E GERONCIO ANTONIO FIGUEIREDO SILVA.

MTUR/ VENTUROSA-PE: CNPJ 10.106.268/0001-66 CTR 333.682-88/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Construção de Praça Pública no Município de VENTUROSA-PE; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 200.000,00 Dos recursos: R\$ 195.000,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29182 NE 2010NE901375 de 28/06/2010 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 18/12/2012 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; LIGIA BEATRIZ BEZERRA MARTINS E EUDES TENORIO CAVALCANTI.

MTUR/OROCO-PE: CNPJ 10.114.767/0001-03 CTR 337.423-32/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Pavimentação de Ruas na Sede do Município de Oroco/PE; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 500.000,00 Dos recursos: R\$ 487.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE902744 de 02/07/2010 e R\$ 12.500,00 de contrapartida. Vigência 08/12/2012 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; ANTONIO DE LIMA NETO E REGINALDO CRATEU CAVALCANTE.

MTUR/OROCO-PE: CNPJ 10.114.767/0001-03 CTR 337.403-93/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Construção de praças públicas na Avenida São Sebastião, município de Oroco, Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 500.000,00 Dos recursos: R\$ 487.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE902743 de 02/07/2010 e R\$ 12.500,00 de contrapartida. Vigência 08/12/2012 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; ANTONIO DE LIMA NETO E REGINALDO CRATEU CAVALCANTE.

MAPA/ IBIRAJUBA-PE: CNPJ 11.256.062/0001-85 CTR 324.505-45/2010/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA; Objeto RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS COM CASCALHAMENTO E EXECUCAO DE BUEIROS; Programa PRODESA; Valor: R\$ 158.250,00 Dos recursos: R\$ 146.250,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 33919 NE 2010NE900282 de 25/05/2010 e R\$ 12.000,00 de contrapartida. Vigência 11/12/2012 - Data e Assinaturas: 16/12/2010; ODIRMAR IUIJI KAMEI E JOSEANANCIO CAVALCANTE DA SILVA.

MTUR/ AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE: CNPJ 10.346.096/0001-06 CTR 329.416-77/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Pavimentação do trecho de acesso ao pólio de eventos, na área localizada entre a Gangorra e Estação Ferroviária Central; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 153.119,80 Dos recursos: R\$ 146.250,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29182 NE 2010NE901333 de 27/06/2010 e R\$ 6.869,80 de contrapartida. Vigência 18/09/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010; MARCIA RELJANE FREITAS LIMA SQUEIRA E ANTONIO VALADARES DE SOUZA FILHO.

MTUR/ GAMELEIRA-PE: CNPJ 011.343.902/0001-47 CTR 336.558-48/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 500.000,00 Dos recursos: R\$ 292.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE902690 de 02/07/2010 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 08/11/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010; ETELVINO DO NASCIMENTO MACEDO E JOSÉ SEVERINO RAMOS DE SOUZA.

MTUR/ MOREILÂNDIA-PE: CNPJ 11.361.227/0001-89 CTR 329.377-08/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Pavimentação em Paralelepípedos nas ruas Santa Luzia, Castelo Branco, Agamenon Magalhães, Luiz Gonzaga e João Anacleto no Distrito de Cariri Mirim, Município de Moreilândia-PE; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 103.000,00 Dos recursos: R\$ 97.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29182 NE 2010NE901325 de 27/06/2010 e R\$ 5.500,00 de contrapartida. Vigência 14/12/2012 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; MARIA VERA LUCIA DOS SANTOS SILVA E JOAO ANGELOM CRUZ.

MTUR/ SALGUEIRO-PE: CNPJ 11.361.243/0001-71 CTR 324.250-79/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Construção do Centro de Convenções - Etapa 3; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 782.500,00 Dos recursos: R\$ 682.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 524314 NE

2010NE900231 de 14/05/2010 e R\$ 100.000,00 de contrapartida. Vigência 14/12/2012 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; PEDRO IVAN PARENTE VIEIRA E MARCONES LIBORIO DE SA.

MTUR/ CARUARU-PE: CNPJ 10.091.536/0001-13 CTR 338.567-92/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Urbanização da Avenida Brasil; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 1.025.000,00 Dos recursos: R\$ 975.000,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 524284 NE 902837 de 16/07/2010 e R\$ 50.000,00 de contrapartida. Vigência 01/03/2013 - Data e Assinaturas: 15/12/2010; CARLOS ANTONIO MELO DA SILVA E JOSÉ QUEIROZ DE LIMA.

MTUR/ CARUARU-PE: CNPJ 10.091.536/0001-13 CTR 338.568-05/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Construção / Implantação do Parque Municipal da Vila Kennedy; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 1.025.000,00 Dos recursos: R\$ 487.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 524284 NE 902832 de 16/07/2010 e R\$ 25.000,00 de contrapartida. Vigência 01/03/2013 - Data e Assinaturas: 15/12/2010; CARLOS ANTONIO MELO DA SILVA E JOSÉ QUEIROZ DE LIMA.

MTUR/ CARUARU-PE: CNPJ 10.091.536/0001-13 CTR 333.602-15/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Construção da Casa de Cultura da Mulher Artesã do Alto do Moura e aquisição de equipamentos; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 158.250,00 Dos recursos: R\$ 146.250,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE901444 de 29/06/2010 e R\$ 12.000,00 de contrapartida. Vigência 01/03/2013 - Data e Assinaturas: 15/12/2010; CARLOS ANTONIO MELO DA SILVA E JOSÉ QUEIROZ DE LIMA.

MTUR/ AGRISTINA-PE: CNPJ 10.091.494/0001-10 CTR 335.595-74/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Pavimentação em Paralelepípedos; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 400.000,00 Dos recursos: R\$ 390.000,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE901959 de 01/07/2010 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 11/02/2013 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; CARLOS ANTONIO MELO DA SILVA E CARMEN MIRIAM DE AZEVEDO ALVES.

MTUR/ JOAQUIM NABUCO-PE: CNPJ 010.192.441/0001-96 CTR 335.697-05/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto PAVIMENTACAO DE RUAS DE ACESSO AOS PONTOS TURISTICOS DE JOAQUIM NABUCO; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 146.325,00 Dos recursos: R\$ 143.325,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE901979 de 01/07/2010 e R\$ 3.000,00 de contrapartida. Vigência 17/02/2013 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; JOSÉ BEZERRA DA SILVA E JOAO NASCIMENTO DE CARVALHO.

MTUR/ JOAQUIM NABUCO-PE: CNPJ 010.192.441/0001-96 CTR 332.791-88/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto Implantação de Praça Pública no bairro Nova Cuiabá; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 168.250,00 Dos recursos: R\$ 146.250,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29182 NE 2010NE900885 de 23/06/2010 e R\$ 22.000,00 de contrapartida. Vigência 17/02/2013 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; JOSÉ BEZERRA DA SILVA E JOAO NASCIMENTO DE CARVALHO.

MTUR/ JOAQUIM NABUCO-PE: CNPJ 010.192.441/0001-96 CTR 335.695-88/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto CONSTRUCAO DE PRACA PUBLICA; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 292.800,00 Dos recursos: R\$ 280.800,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE901989 de 01/07/2010 e R\$ 12.000,00 de contrapartida. Vigência 17/05/2013 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; JOSÉ BEZERRA DA SILVA E JOAO NASCIMENTO DE CARVALHO.

MTUR/ JOAQUIM NABUCO-PE: CNPJ 010.192.441/0001-96 CTR 335.696-92/2010/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto CONSTRUCAO DE PAVIMENTACAO EM PARALELEPIPEDO NO MUNICIPIO; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 146.325,00 Dos recursos: R\$ 143.325,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 22917 NE 2010NE901983 de 01/07/2010 e R\$ 3.000,00 de contrapartida. Vigência 17/03/2013 - Data e Assinaturas: 17/12/2010; JOSÉ BEZERRA DA SILVA E JOAO NASCIMENTO DE CARVALHO.

Ministério do Turismo/SANTA ISABEL-GO: CNPJ 00.027.722/0001-30, CTR 0333.884-23/2010/MTUR/CAIXA; Objeto: Iluminação da Avenida Perimetral no Setor S8o Francisco II e Setor Sul no Município de SANTA ISABEL-GO; Programa: TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 141.500,00; Dos recursos: R\$ 136.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695116610V00052 NE 2010NE901395 de 28/06/10 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 30/11/13 - Data e Assinaturas: 17/12/10 - Nêdia Mazon e Levino de Souza Silva.

Ministério do Turismo/MONTIVÍDU DO NORTE-GO: CNPJ 25.005.166/0001-21; CTR 0321.157-79/2010/MTUR/CAIXA; Objeto: CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA NO DISTRITO DE MATA AZUL, no Município de MONTIVÍDU DO NORTE-GO; Programa: TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 100.000,00; Dos recursos: R\$ 97.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695116610V00001 NE 2010NE900026 de 01/04/2010 e R\$ 2.500,00 de contrapartida. Vigência 31/12/12 - Data e Assinaturas: 17/12/10 - Marco Paulo Assumpção e Jurandir Amaral da Silva.

Ministério do Turismo/SANTA ISABEL-GO: CNPJ 00.027.722/0001-30, CTR 0329.643-27/2010/MTUR/CAIXA; Objeto: CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS DOTADAS DE DISPOSITIVOS DE ACESSIBILIDADE ENTORNO DA PRAÇA DA IGREJA MATRIZ SÃO SEBASTIÃO E ENTORNO DO ESTADIO MUNICIPAL FERNANDO ALVES SENA, EM CIRILÂNDIA (DISTRITO) do Município de SANTA ISABEL-GO; Programa: TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 100.000,00; Dos recursos: R\$ 97.500,00 correção à conta da União no exercício de 2010, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695116610V00001 NE 2010NE900752 de 17/06/10 e R\$ 2.500,00 de contrapartida. Vigência 30/11/13 - Data e Assinaturas: 17/12/10 - Nêdia Mazon e Levino de Souza Silva.

FNAS/São Jorge do Ivaí; CNPJ 76.282.649/0001-04; CTR 033331759/2010/FNAS/CAIXA; Objeto: CONSTRUCAO DE CENTRO DE ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIENCIA Programa: PROGRAMA DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL; Valor: R\$ 500.000,00; Dos recursos: R\$ 370.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 550015, Gestão 00001, Programa de Trabalho 0824413842B300648, NE 2010NE900152 de 01/07/2010, e R\$ 130.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 15/12/2010 FÁBIO CARNELOS e Milton Muzolon.

FNAS/Colorado; CNPJ 76.970.326/0001-03; CTR 033328919/2010/FNAS/CAIXA; Objeto: CONSTRUCAO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DO IDOSO Programa: PROGRAMA DE PROTECAO SOCIAL BASICA; Valor: R\$ 717.500,00; Dos recursos: R\$ 700.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 550015, Gestão 00001, Programa de Trabalho 0824413842B300640, NE 2010NE900051 de 25/06/2010, e R\$ 17.500,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 Fábio Carneles e Marcos José Consalves de Melo.

FNAS/Tapira; CNPJ 75.801.738/0001-57; CTR 033324582/2010/FNAS/CAIXA; Objeto: Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; Programa: PROGRAMA DE PROTECAO SOCIAL BASICA; Valor: R\$ 103.000,00; Dos recursos: R\$ 100.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 550015, Gestão 00001, Programa de Trabalho 0824413842B300668, NE 2010NE900091 de 25/06/2010, e R\$ 3.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 FÁBIO CARNELOS e Hélio Belier.

FNAS/Santa Inácio; CNPJ 76.970.375/0001-46; CTR 033330733/2010/FNAS/CAIXA; Objeto: Construção de Centro Público de Atendimento à Pessoa com Deficiência; Programa: PROGRAMA DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL; Valor: R\$ 204.400,00; Dos recursos: R\$ 200.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 550015, Gestão 00001, Programa de Trabalho 0824413842B300646, NE 2010NE900148 de 01/07/2010, e R\$ 4.400,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 - FÁBIO CARNELOS e João Batista dos Santos.

MS/Santa Cruz de Monte Castelo; CNPJ 75.462.820/0001-02; CTR 0345862-21/2010/MS/CAIXA; Objeto: Ampliação de Unidade Básica de Saúde; Programa: ATENCAO BASICA SAUDE; Valor: R\$ 309.000,00; Dos recursos: R\$ 300.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1030112148581156, NE 2010NE900404 de 10/12/2010, e R\$ 9.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 - FÁBIO CARNELOS e José Maria Pereira Fernandes.

MS/Mato Rico; CNPJ 95.684.510/0001-31; CTR 0345895-19/2010/MS/CAIXA; Objeto: Reforma de Unidade Básica de Saúde; Programa: ATENCAO BASICA SAUDE; Valor: R\$ 200.000,00; Dos recursos: R\$ 192.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10301121487300001, NE 2010NE900453 de 13/12/2010, e R\$ 8.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 - FÁBIO CARNELOS e Joaquim Ortiz Neto.

MS/Novo Rio; CNPJ 95.684.510/0001-31; CTR 0345895-19/2010/MS/CAIXA; Objeto: Reforma de Unidade Básica de Saúde; Programa: ATENCAO BASICA SAUDE; Valor: R\$ 200.000,00; Dos recursos: R\$ 192.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10301121487300001, NE 2010NE900453 de 13/12/2010, e R\$ 8.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 - FÁBIO CARNELOS e Joaquim Ortiz Neto.

MS/Novo Rio; CNPJ 95.684.510/0001-31; CTR 0345895-19/2010/MS/CAIXA; Objeto: Reforma de Unidade Básica de Saúde; Programa: ATENCAO BASICA SAUDE; Valor: R\$ 200.000,00; Dos recursos: R\$ 192.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10301121487300001, NE 2010NE900453 de 13/12/2010, e R\$ 8.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 - FÁBIO CARNELOS e Joaquim Ortiz Neto.

MS/Novo Rio; CNPJ 95.684.510/0001-31; CTR 0345895-19/2010/MS/CAIXA; Objeto: Reforma de Unidade Básica de Saúde; Programa: ATENCAO BASICA SAUDE; Valor: R\$ 200.000,00; Dos recursos: R\$ 192.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10301121487300001, NE 2010NE900453 de 13/12/2010, e R\$ 8.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 - FÁBIO CARNELOS e Joaquim Ortiz Neto.

MS/Novo Rio; CNPJ 95.684.510/0001-31; CTR 0345895-19/2010/MS/CAIXA; Objeto: Reforma de Unidade Básica de Saúde; Programa: ATENCAO BASICA SAUDE; Valor: R\$ 200.000,00; Dos recursos: R\$ 192.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10301121487300001, NE 2010NE900453 de 13/12/2010, e R\$ 8.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 - FÁBIO CARNELOS e Joaquim Ortiz Neto.

MS/Novo Rio; CNPJ 95.684.510/0001-31; CTR 0345895-19/2010/MS/CAIXA; Objeto: Reforma de Unidade Básica de Saúde; Programa: ATENCAO BASICA SAUDE; Valor: R\$ 200.000,00; Dos recursos: R\$ 192.000,00, correção à conta da União no exercício de 2010, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10301121487300001, NE 2010NE900453 de 13/12/2010, e R\$ 8.000,00 de contrapartida. Vigência 30/06/2013 - Data e Assinaturas: 16/12/2010 - FÁBIO CARNELOS e Joaquim Ortiz Neto.